

O Tribunal de Contas alertou hoje para um conjunto de "fragilidades" das políticas públicas de educação que estão "a dificultar" ou "a bloquear" a eficácia de medidas e que são "suscetíveis de se perpetuarem".

O documento hoje divulgado é um "relatório panorâmico" que reúne as "principais fragilidades" identificadas em oito auditorias realizadas entre 2019 e 2021 a políticas de educação, desde o ensino básico ao superior.

(...]

Os auditores encontraram problemas que dizem "dificultar, ou mesmo a bloquear, a eficácia das medidas" e que "são suscetíveis de se perpetuarem se não forem adotadas medidas apropriadas".

Por exemplo, no caso do abandono precoce o TdC aponta a falta de "planos estratégicos e planos operacionais que integrem as medidas" e de "nem sempre existem indicadores" ou existirem indicadores com "insuficiências e deficiências".

O TdC recorda que a "taxa de abandono precoce" no ensino obrigatório é direcionada apenas aos jovens entre os 18 e os 24 anos, deixando de fora a população entre os 6 e os 18 anos.

O indicador "não desvenda o nível de ensino em que ocorreu o abandono" assim como não permite avaliar os progressos alcançados nem identificar as principais dificuldades, alerta.

Por outro lado, a "taxa de retenção e desistência" foca-se apenas nos alunos matriculados num determinado ano letivo, não fornecendo informações sobre o percurso dos alunos, como por exemplo perceber se existe um absentismo reiterado ou se é intermitente.

A "taxa de retenção e desistência" também não permite saber o que acontece aos jovens de 18 anos que chegam ao final da escolaridade sem o nível de ensino previsto.

Outra das críticas às políticas públicas para combater o abandono escolar diz respeito ao facto de "não existir um mapeamento, com detalhe nacional, regional e local, para apoiar e melhor direccionar as intervenções necessárias" para combater o fenómeno.

Em Portugal, o abandono escolar envolve múltiplas intervenções em todo o território e vários intervenientes, que vão desde escolas, a comunidades educativas, áreas governativas distintas, autarquias e parceiros públicos e privados.

(...)

Também há falhas na implementação do ensino à distância, que veio com a pandemia de covid-19: Os meios digitais adquiridos "têm uma vida útil limitada, mas não existe um plano estratégico para a sua substituição com indicação dos custos previstos e fontes de financiamento".

(...)

Nesse sentido, considera que o documento hoje divulgado é "um instrumento prático de aperfeiçoamento da governação do ciclo" das políticas de educação.

O TdC recorda que as despesas com a educação têm vindo a decrescer, não sendo por isso "uma especial ameaça à sustentabilidade das finanças públicas": Em 2000, a despesa com educação foi de 4,8% do PIB, tendo descido para 3,9% em 2020, "e estima-se que decresçam para 3,8%, em 2030".

No entanto, refere o documento, "há o risco de, precisamente em virtude do persistente declínio populacional, o financiamento público se desviar para outras áreas críticas em desfavor da educação".

<https://sicnoticias.pt/pais/2021-10-28-TdC-aponta-fragilidades-nas-politicas-de-educacao-que-bloqueiam-sucesso-de-medidas-670b72ae>